

MISCIGENAÇÃO E DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO ENTRE LÉLIA GONZÁLEZ E GILBERTO FREYRE

KEROLIN RODRIGUES GUADALUPE¹;

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING²

¹ Universidade Federal de Pelotas – kerolinguadalupe@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – franciscokieling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio foi elaborado a partir da provocação realizada na disciplina de Sociologia V, que discute cânones da sociologia brasileira, no Curso de Ciências Sociais. A proposta foi a produção de um breve exercício analítico sobre temas do Brasil contemporâneo a partir de sociólogos locais, estudados ao longo do semestre 2024/1.

O presente trabalho tem como objetivo geral apreender as perspectivas dos autores Lélia González e Gilberto Freyre a respeito do corpo da mulher negra no contexto brasileiro, comparando-as e gerando uma discussão e conversa crítica entre ambas as teorias. Utilizando-se da metodologia qualitativa, o trabalho foi construído através de uma pesquisa bibliográfica e análise dos textos, sendo estes capítulos de livros dos respectivos autores aqui abordados: “*Por um feminismo afro-latino-americano*” (2020) de Lélia Gonzalez e “*Casa Grande & Senzala*” (1993) de Gilberto Freyre, além de artigos complementares à compreensão das obras.

A temática sobre o corpo da mulher negra no contexto brasileiro, em uma concepção geral, jamais deixará de ser uma discussão contemporânea, pois, bem como podemos concluir a partir do estudo e análise sociológica da história do Brasil, a realidade material do país é permeada pelo legado da escravidão, esta que não teve fim em si, mas que prosseguiu na nossa caminhada histórica entre sombras e entrelinhas, impactando nossas relações sociais, políticas e econômicas, podendo apenas ser descontinuada a partir de uma série de políticas que cheguem na raiz do problema.

Dessa maneira, autores como o Gilberto Freyre possuem grande relevância quando se trata de produções textuais científicas sobre a formação do Brasil que conhecemos hoje, trazendo, a partir de uma ótica sociológica e antropológica, principalmente questões sobre raça, miscigenação e a “democracia racial”. Nessa linha de temas, fora escolhido para essa discussão também a antropóloga Lélia González – que inclusive, é uma mulher negra – por sua posição crítica e de contraponto à teoria e pensamento de Gilberto Freyre, bem como de outros autores como Caio Prado Jr., etc.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A proposta deste trabalho – este que origina da disciplina de Sociologia Brasileira – se respalda no exercício de análise sociológica sobre uma temática

brasileira contemporânea, a fim de instigar uma reflexão crítica sobre temáticas que estão na gênese da sociedade brasileira.

O tema fora escolhido após a leitura e reflexão dos textos de Gilberto Freyre e Lélia González, estes disponibilizados nas disciplinas de Sociologia Brasileira e Antropologia Brasileira, além de ter sido feita uma breve pesquisa bibliográfica a fim de encontrar artigos para auxílio na compreensão dos textos e também descobrir se haveria ou não material previamente publicado sobre o mesmo tema. Portanto, os materiais encontrados e utilizados para a construção desse trabalho foi: o livro *“Por um feminismo afro-latino-americano”* (2020) de Lélia Gonzalez, o capítulo 1 do livro *“Casa Grande & Senzala”* (1993) de Gilberto Freyre, o artigo *“O culturalismo de Freyre versus a persistência dos determinismos de “raça” e “clima” na formação social brasileira: uma reflexão a partir de ‘Casa Grande & Senzala’”* (2012) de Vinícius Rodrigues Zuccolotto e o artigo *“O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre”* (2019) de Marina de Oliveira Reis.

A discussão sobre a miscigenação e a democracia racial brasileira com base nos escritos de Lélia González e Gilberto Freyre fundamenta-se no fato de que Freyre foi pioneiro da ideia de uma “democracia racial” brasileira, produzindo textos sobre a formação do Brasil, onde despende argumentos extensos sobre a miscigenação, enquanto Lélia Gonzalez, antropóloga, fomenta a discussão fazendo contraponto ao termo e a seus argumentos, além de contribuir com outras perspectivas sobre o tema.

Em *“Casa-Grande & Senzala”*, ao dissertar sobre a miscigenação brasileira, aponta justificativas para a ocorrência desta. Ele retrata, por exemplo, a miscigenação como consequência dos efeitos do clima sobre o corpo do homem branco europeu, afirmando que

“Não é ponto sobre o qual se possa sentenciar, esse do clima tropical antecipar por influência sua, direta, a vida sexual. Há quem desloque o fato para a questão de raça e até para a social, de classe e ambiente. Que nos adventícios o clima superexcite os órgãos sexuais e antecipe nas mulheres a menstruação parece fora de dúvida. Que continue a excitá-los nos indivíduos já aclimatados, é ponto dúbio.” (FREYRE, 2019)

Para além da questão climática, o autor discute a escassez de mulheres brancas solteiras para a colonização do território, o que induziu os portugueses a “acasalar” e reproduzir com as mulheres “mulatas” e também as “índias”.

“Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. [...] Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata.” (FREYRE, 2019)

Dessa maneira, Gilberto Freyre batiza o termo “democracia racial”, que estipula que não haveria racismo na sociedade brasileira, considerando que os portugueses se adaptaram ao clima do país, tiveram contato com o continente antes mesmo de chegar ao Brasil e ainda reproduziram com as escravizadas,

fazendo com que, supostamente, não houvesse grandes distinções entre as raças.

Contrapondo a isso, Lélia González assume a posição de defesa da ideia de que o discurso de “democracia racial” é apenas uma grande ferramenta para a naturalização da escravização e seus efeitos permanentes na sociedade brasileira. O termo se torna, praticamente, uma violência simbólica à existência negra. Nos textos de Lélia, ela se demonstra veemente oposta ao desígnio positivo sobre a mestiçagem.

“Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc. e tal” (GONZÁLEZ, 2019 apud LIMA, 2020)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia racial é uma grande máscara para os problemas que ficam após a abolição da escravidão. A Lei Áurea em conjunto com a ideia de “igualdade racial” proposta por essa tal democracia, gera ideias e discursos que colocam as pessoas negras do país como “preguiçosas”, “irresponsáveis” por não conseguirem progredir no âmbito profissional e econômico quando, em fato, essas condições de existência foram herdadas pela ausência de recursos e suporte para a população escravizada após a abolição da escravidão. E isso é apenas uma pequena parcela dos inúmeros efeitos devastadores desse período para a população negra do país, havendo impacto em todas as esferas da vida dessas pessoas.

“Mesmo nos dias atuais, em que se constatam melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida. Que se leiam os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência”, “ótima aparência” etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta.” (GONZÁLEZ, 2020)

Por fim, cabe destacar que o Brasil contemporâneo se encontra dolorosamente distante de desenraizar o período escravista das instâncias cultural, social, econômica e institucional do país. Ainda hoje existem políticas públicas que tentam “driblar” os efeitos herdados desse período, as cotas de ações afirmativas servem como exemplo. Entretanto, não se fazem suficientemente boas para saciar a cratera deixada na existência negra brasileira. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, 69,1% das pessoas encarceradas no Brasil eram negras nesse ano. Dos brasileiros brancos, 4,3% destes são analfabetos, já na população negra, 10,1% desta é analfabeta, contabilizando ainda 8,8% dos pardos que são analfabetos (IBGE, 2022). Dados que demonstram o quanto falho é nosso sistema na tentativa de resolução. Precisa-se, urgentemente, promover políticas públicas INTENSIVAS para a solucionar essa devastação da nossa sociedade, necessitando “revolucionar”



nossa cultura e nossas instituições (de forma intrinsecamente simultânea), criando leis e políticas verdadeiramente efetivas, que não só cobrem o sol com a peneira, mas que realmente proporcionem uma vida digna e humana para a população negra, pois estes merecem nada menos que isso.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZÁLEZ, L. de A. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ZUCCOLOTTO, V.R. O culturalismo de Freyre versus a persistência dos determinismos de “raça” e “clima” na formação social brasileira: uma reflexão a partir de ‘Casa Grande & Senzala’. **Simbiótica**, revista eletrônica, v.ún, n.02, p. 39 - 52, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4800>. Acesso em: 26 ago. 2024.

REIS, M. de O. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v.9, n.1, p. 93 - 101, 2019.